

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



PREÂMBULO

- 1) PREÂMBULO
- 2) DO OBJETO
- 3) DO PREÇO MÁXIMO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
- 4) DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
- 5) DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
- 6) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 7) DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS.GOV
- 8) DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E CRITÉRIOS PARA ME, EPP E MEI
- 9) DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
- 10) DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
- 11) CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES
- 12) DA NEGOCIAÇÃO
- 13) DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 14) DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 15) DAS AMOSTRAS
- 16) DA HABILITAÇÃO
- 17) DOS RECURSOS
- 18) DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
- 19) INSTRUMENTO CONTRATUAL
- 20) GARANTIA CONTRATUAL
- 21) DA COBERTURA
- 22) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
- 23) DAS SANÇÕES GARANTIA CONTRATUAL
- 24) DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO
- 25) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 26) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 27) CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
- 28) MEDIDAS ACAUTELADORAS
- 29) FRAUDE E CORRUPÇÃO
- 30) DISPOSIÇÕES FINAIS

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



DOS ANEXOS DO EDITAL

ANEXO I - RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III – MINUTA DO FUTURO E EVENTUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ARTIGO 7º – INCISO XXXIII

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO VI– DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

ANEXO IX – DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVINIENTE À HABILITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



PROCESSO Nº 86.910/2025

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**, pessoa jurídica de direito público, através da **Secretaria Municipal de Governo – Departamento de Licitações e Suprimentos**, por intermédio do pregoeiro nomeado através de Decreto nº 455/2025, torna público que, fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo menor preço total do lote, visando a **Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Paranaguá, conforme descritos em planilha (anexo I), com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional**, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras Públicas de acordo com as condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste Edital e em seus Anexos e, em conformidade com a autorização contida nos autos do Processo nº 86.910/2025 cujo procedimento está adstrito as seguintes normas de regência: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4.319/2023 e 683/2018, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1.2. O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recurso de tecnologia da informação – **INTERNET**, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.3. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) público(a) designado(a) por ato interno, denominado **PREGOEIRO**, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos via sistema eletrônico de licitações **Compras.gov**.

1.4. O recebimento das propostas, abertura e disputa de preços será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.compras.gov.br, conforme datas e horários definidos:

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	09:00 H DO DIA 05/02/2026
MODO DE DISPUTA	ABERTO e FECHADO

1.5. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 23:59 horas do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, de acordo com o especificado no item 6 do presente Edital.

1.6. Os esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e seus Anexos somente serão prestados e considerados quando solicitados por escrito ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio, até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da licitação, endereçados ao e-mail's: cpl@paranagua.pr.gov.br, e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

1.6.1. O pregoeiro deverá decidir sobre a petição de esclarecimento no prazo de até 01 (um) dia útil, após o recebimento.

1.7. Os atos e decisões da presente licitação poderão ser comunicados por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, e serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Paranaguá: www.paranagua.pr.gov.br, no link Licitações Municipais, para ciência de todos os interessados.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



1.8. Edital e seus Anexos podem ser obtidos na Secretaria Municipal de Administração – Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá – PR das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas nos dias úteis, e disponíveis para download no site www.paranagua.pr.gov.br, no link Transparência – Licitações Municipais.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Paranaguá, com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional**, de acordo com o quantitativo e especificações contemplados no Termo de Referência, e demonstrativo contido no Anexo II, deste Edital.

2.2. A licitação terá apenas **01 (Um) lote**, conforme tabela constante do item 03 deste edital.

2.3. A existência de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, conforme Art. 83 da lei 14.133/2021

2.4. A licitante obriga-se a aceitar, quando solicitado pela Administração nas mesmas condições e dentro do prazo contratual estabelecido, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato celebrado entre as partes, na forma do artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. O valor total máximo estimado é de **R\$ 2.022.745,52 (Dois milhões, vinte e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos)**, sendo:

LOTE	QTD.	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	49.204	Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Paranaguá, conforme descritos em planilha (anexo I), com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional.	SERVIÇO	R\$ 2.022.745,52	R\$ 2.022.745,52

3.2. São fixados os seguintes preços máximos por lote, conforme descrito nas tabelas acima constante:

3.2.1. Administração opta pela não adoção do Orçamento Sigiloso

3.3. A competição se dará por menor preço total do lote sendo que o licitante deverá formular sua proposta respeitando os valores máximos fixados neste Edital, sem possibilidade de ultrapassá-los, sob pena de desclassificação.

3.4. O pagamento decorrente do objeto desta licitação correrá à conta dos recursos das seguintes dotações orçamentárias, para o exercício de 2026 devidamente ajustadas nas dotações do exercício subsequente:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



SECRETARIA	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS	<ul style="list-style-type: none">• Referência: 621 – Vinculo/Fonte: 1.000• Referência: 616 – Vinculo/Fonte: 1510• Referência: 624 – Vinculo/Fonte: 1.000• Referência: 619 – Vinculo/Fonte: 1.510

4. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

4.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE**.

4.2. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

4.3. Modo de disputa: **ABERTO**

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. As impugnações ao presente edital poderão ser feitas até as 23:59 horas do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante.

5.2. A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro, contendo o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, devendo ser protocolada na Secretaria Municipal da Administração no Protocolo Geral, sito a Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas, ou encaminhada através de e-mail no endereço eletrônico: cpl@paranagua.pr.gov.br, e leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br

5.3. A resposta à impugnação será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame a contar da data do seu recebimento e poderá ser comunicado por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

5.3.1. Não serão conhecidas as impugnações interpostas por fax e/ou vencidos os respectivos prazos legais.

5.3.2. Acolhida a impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

6.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Comprasgov.

6.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.5. Vedações. Não poderão disputar da licitação ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas as licitantes que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.1 Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:

I - comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

II - indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

III - admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

IV - impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

V - responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

§ 1º O edital deverá estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação.

§ 2º O acréscimo previsto no § 1º deste artigo não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

§ 3º O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do **caput** deste artigo.

§ 4º Desde que haja justificativa técnica aprovada pela autoridade competente, o edital de licitação poderá estabelecer limite máximo para o número de empresas consorciadas.

§ 5º A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6.6. Não se inclui no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a)* De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b)* Que seja filial, sucursal, agência ou representação no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c)* De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- d)* Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput, do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- e)* Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do artigo 3º da referida Lei Complementar;
- f)* Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



- g)** Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h)** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos – calendários anteriores;
- i)** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

6.7. A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

7. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL COMPRAS.GOV

7.1. Poderão participar deste certame as interessadas estabelecidas no País, que estiverem previamente CREDENCIADAS junto ao Portal de Compras do Governo Federal www.compras.gov.br, que atendam todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, com ramo de atuação/atividade pertinente ao objeto da licitação.

7.2. O pregão será conduzido por servidor público denominado pregoeiro, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá.

7.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 4.319/2023.

7.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá, conforme instruções que podem ser obtidas na página Compras.gov.br ou, ainda, por meio do telefone 0800.978.9001 (suporte técnico).

7.5. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração do município de Paranaguá implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7.6. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.9. Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, e para que essa possa gozar dos benefícios previstos no capítulo V da referida Lei, é necessário, à época do credenciamento, acrescentar as expressões “Microempresa”, “Empresa de Pequeno Porte”, ou suas respectivas abreviações “ME”, “EPP”, à sua firma ou denominação, conforme o caso.

7.10. A comprovação de que trata o subitem 7.9, quanto à condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), será realizada quando da entrega dos documentos de habilitação, pela licitante detentora do melhor lance ou proposta, através de um desses documentos:

- a) Contrato Social, registrado na Junta Comercial, constando a condição de ME ou EPP;
- b) Certidão de optante pelo SIMPLES emitido pela Receita Federal.

8. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO e CRITÉRIOS PARA ME, EPP E MEI

8.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio de digitação de senha pessoal e intransferível do credenciado

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido. OBS: a informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site www.compras.gov.br

8.2. Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital.

8.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas em Lei.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema, bem como pela sua desconexão.

8.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

8.5. No atinente ao lote 01, após a fase de lances, o procedimento de “empate” será detectado automaticamente pelo sistema.

8.6. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entende-se como empate (ficto) as propostas apresentadas pelas ME e EPP, e MEI, que sejam superiores em até 05% (cinco por cento) à proposta mais bem classificada.

8.7. Para efeito do disposto no subitem 8.6 deste edital, ocorrendo empate (ficto), proceder-se á, da seguinte forma:

a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;

b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 8.6 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

8.8. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, e Microempreendedor Individual (MEI), antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar no 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

8.9. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual (MEI), classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar no 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

8.10 Informamos que em cumprimento ao tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME/EPP), observando as regulamentações federais, lei Complementar no 147/2014, que altera a Lei Complementar no 123/2006, tem-se o seguinte:

8.10.1. Ao indicar a Administração Pública deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de ME/EPP, sendo tal cota facultativa nas licitações para prestação de serviço execução de obras de natureza divisível.

8.10.2. Escolhido nessa faculdade da Lei o procedimento licitatório deverá ser realizado lote/item único, visando facilitar

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



o controle da fiscalização dos serviços executados, visto que, a divisão em lotes/itens com reserva de 25% (vinte e cinco por cento) geraria a prestação do serviço por várias empresas para o mesmo objeto, sendo que consideramos não possuímos estrutura de pessoal para controlar a contento a execução desse serviço por várias empresas. A opção lote/item único, também, evitaria o fracasso da prestação desse serviço.

8.10.3. Objetivando atender interesses da administração, tais como, economicidade e celeridade, mostra-se prudente não seccionar o objeto deste fornecimento, uma vez que a diversificação dificultaria e causaria transtornos à gestão do referido Contrato. Por consequência, amparados pelo item III do artigo 49 da Lei complementar no 123/2006, por representarem prejuízo ao objeto a ser contratado.

9. DO CADASTRAMENTO e PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
--

9. 1 A proposta eletrônica deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio do site www.compras.gov.br, a partir da liberação do Edital, até as 00h00 do dia 00 de xxxxxx de 2026, horário de Brasília-DF.

9.2. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

9.3. O licitante deverá dar oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

9.4. A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.5. Ocorrendo discordância entre o valor numérico e por extenso contido na proposta, prevalecerá este último, e no caso de discordância entre o valor unitário e total, prevalecerá o primeiro.

9.6. Antes da fase de lances caso a empresa queira anexar a proposta no sistema, a mesma **NÃO DEVE CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE PROPONENTE** (tais como nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, etc.), sob pena de desclassificação.

9.7. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.9. O licitante deverá registrar normalmente a sua proposta para cada um dos itens/lotos.

9.10. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

9.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.12. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



9.13. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.14. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
--

10.1. A partir das 00h00 horas do dia 00 de xxxxxxxx de 2025, horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet, no sítio eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguros/loginPortalUASG.asp>, será aberta por comando do Pregoeiro, com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2. A comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

10.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Aberta a sessão, após a disputa o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que identifiquem o licitante.

10.5. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

11. CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Após a etapa da fase de lances, o Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

11.1.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



11.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.3. A ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA TERÁ DURAÇÃO DE 10 (DEZ) MINUTOS E, APÓS ISSO, SERÁ PRORROGADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA QUANDO HOVER LANCE OFERTADO NOS ÚLTIMOS DOIS MINUTOS DO PERÍODO DE DURAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA.

11.4. A PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA ETAPA DE LANCES, DE QUE TRATA O ITEM ANTERIOR, SERÁ DE DOIS MINUTOS E OCORRERÁ SUCESSIVAMENTE SEMPRE QUE HOVER LANCES ENVIADOS NESSE PERÍODO DE PRORROGAÇÃO, INCLUSIVE NO CASO DE LANCES INTERMEDIÁRIOS.

11.5. NÃO HAVENDO NOVOS LANCES NA FORMA ESTABELECIDADA NOS ITENS ANTERIORES, A SESSÃO PÚBLICA ENCERRAR-SE-Á AUTOMATICAMENTE.

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.7. O intervalo mínimo entre os lances será de R\$1,00 (Hum) real.

11.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Plataforma licitacoes-e2.bb.com.br

11.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.12. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.13. O Critério de julgamento adotado será o menor preço **total** do lote, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.15. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos Art. 44 e Art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art 60 da lei 14133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



11.16. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

11.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.18. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.19. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da etapa de lances, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13. DO ENVIO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. A PROPOSTA ATUALIZADA E OS ORIGINAIS OU CÓPIAS AUTENTICADAS DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER ENTREGUES NO PRAZO MÁXIMO DE 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO A CONTAR DO DIA DA DISPUTA, EM ENVELOPES FECHADOS OU LACRADOS, INDICANDO NA SUA PARTE FRONTAL OU VIA SISTEMA NO PORTAL COMPRAS.GOV.BR OU AINDA NO EMAIL leandro.rolim@paranagua.pr.gov.br, cpl@paranagua.pr.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO – DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E SUPRIMENTOS, RUA JÚLIA DA COSTA, Nº 322 – CENTRO, PARANAGUÁ, PARANÁ, – CEP: 83203-060, REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/2026 (A/C: Leandro Lino Rolim)

13.2. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada (art. 59, § 1º da Lei nº 14.133/2021).

13.2.1. Em caso de divergência entre os valores unitários e globais, serão considerados os primeiros, e entre os valores em algarismo e por extenso, será considerado este último.

13.2.2. A proposta escrita deverá ser apresentada na forma do Anexo V deste Edital, redigida em papel timbrado da licitante, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste edital, assinada a última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal da licitante, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

- a) Razão Social, CNPJ, endereço com CEP, telefone/fax e pessoa de contato, Inscrição Estadual, e se possível, indicação de um endereço eletrônico (e-mail);

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



- b) Preços unitários e o global, por item, na forma do subitem 13.2.2 deste instrumento. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos operacionais que o compõe, tais como as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, instalações, impostos, taxas, fretes, descontos, licenças, seguro e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação;
- c) A declaração de que os itens, objeto deste procedimento licitatório serão entregues pela empresa contratada no endereço do órgão solicitante, nos prazos estabelecidos neste edital;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contado a partir da data de apresentação;
- e) Prazo de execução para entrega do material de acordo com o contido no Anexo II – Termo de Referência do Edital;
- f) É vedada a identificação do licitante no campo “informações adicionais” ou de qualquer outra forma no sistema eletrônico, antes da fase de lances.

13.3. O licitante deverá juntar, obrigatoriamente, à proposta de preços escrita a ser enviada após ser declarado vencedor:

- a) Declaração ou documento similar fornecido por estabelecimento bancário, contendo o número da conta-corrente e agência de origem, bem como o CNPJ da licitante;
- b) Declaração do licitante de que garantirá a substituição dos materiais, sem ônus para a administração Municipal, durante o prazo de validade dos mesmos, caso venham a apresentar vícios e/ou defeitos;
- c) Dados do representante legal (nome, CI, CPF) com poderes específicos para assinar o contrato, conforme Anexo IX deste edital.

13.4. Os preços ofertados serão fixos e só reajustáveis na forma da Lei.

13.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão constar de forma clara e precisa, mediante planilha simples de composição de custos, na qual deverá estar incluído todas e quaisquer despesas necessárias para fornecimento do objeto desta licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, para fiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto licitado, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela Autoridade Competente.

13.6. Não serão aceitas cobranças posteriores de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto desta licitação, na forma da Lei, após apuração e aprovação em processo administrativo próprio para esse fim.

13.7. Não serão admitidas cotações de preços para produtos usados, reconicionados ou recuperados sob qualquer forma.

14. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

14.1. Para julgamento será adotado o critério de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, observados os prazos para entrega do(s) produtos e as especificações técnicas definidas neste Edital:

14.2 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e/ou consignarem preços inexequíveis ou superfaturados, assim considerados aqueles incoerentes com os praticados pelo mercado, para a execução do objeto contratado.

14.3 Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previsto nos Art. 44 e Art. 45 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no art 60 da lei 14133/2021, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

14.3.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; (Vide Decreto nº 11.430, de 2023) Vigência

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

§ 1º Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

§ 2º As regras previstas no **caput** deste artigo não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.4 Para efeito do disposto, ocorrendo empate (ficto), proceder-se-á, da seguinte forma:

- a) A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta, a qual deverá ser feita no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito. Caso ofereça proposta inferior a melhor classificada, passará à condição de primeira classificada do certame;
- b) Não ocorrendo interesse da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte na forma da alínea “a” deste subitem, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 15.4 deste edital, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito.

14.5. Em caso de empate aritmético, verificada a equivalência de valores das propostas entre Microempresa ou Empresas de Pequeno Porte, antes da aplicação do critério estabelecido no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o desempate será decidido mediante sorteio entre elas através de mecanismo do sistema de Pregão Eletrônico a ser utilizado.

14.6. Não havendo Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte classificadas ou habilitadas, segundo os critérios da Lei Complementar nº 123/2006, será convocado o licitante detentor da proposta de menor valor, originalmente apresentada.

14.7. O disposto nos subitens 15.4 e 15.5 aplicar-se-á quando a proposta de menor preço não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

14.8. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Paranaguá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

14.9. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

14.10. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



14.11. O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio das planilhas de composição de preços quando o preço unitário ofertado for aceitável, mas os preços totais que a compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pela Prefeitura Municipal de Paranaguá;

14.12. Não serão aceitas propostas com valor unitário superior ao estimado ou com preço manifestamente inexequível, conforme dispõe o art. 27, inciso XXI, da Constituição do Estado do Paraná e nos termos do art. 89 da Lei Estadual nº 15.608/07.

14.13. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão;

14.14. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no ARTIGO 59 inciso IV da Lei 14133/2021

14.14.1. Questionamentos junto ao proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

14.14.2. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

14.14.3. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

14.14.4. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

14.14.5. Consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

14.14.6. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

14.14.7. Análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para o fornecimento dos itens;

14.14.8. Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

14.15. A adequação da proposta na forma dos itens anteriores não poderá acarretar majoração de seu valor global.

14.16 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.17 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (dois) dias úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

14.17.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

14.17.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.17.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 07 (sete) dias úteis contados da solicitação.

14.18. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.19. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

14.20. O Pregoeiro deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.20.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, deverá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.21 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

14.22. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá, de forma fundamentada, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica.

14.23. Serão desclassificadas as propostas:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

15. DAS AMOSTRAS

15.1. Não será necessária a apresentação de amostra.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com o prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da unidade que realizará o Pregão, à vista dos originais ou publicação em órgão da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

16.2. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

16.3. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal e tributária emitidas pela internet.

16.4. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

16.4.1. Na forma prevista em lei, e, quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do licitante e com o número do CNPJ ou CPF, se pessoa física;

16.4.2. Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

16.4.3. Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.4.4. Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório, ou ainda cópia simples a qual será autenticada por servidor municipal mediante apresentação da via original.

16.5. Para a habilitação dos licitantes, será exigida a documentação relativa:

16.5.1. À habilitação jurídica;

16.5.2. À qualificação econômico-financeira;

16.5.3. À regularidade fiscal e trabalhista;

16.5.4. Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.

16.6. Documentos relativos à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

16.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.6.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.6.3. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores, em se tratando de Sociedade Simples;

16.6.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

16.6.5. Comprovação de ME ou EPP;

16.6.6 Cópia da Cédula de Identidade do representante legal;

16.6.7. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

16.7. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16.7.1. Certidão Negativa de falência e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor do domicílio da Pessoa Jurídica, nela constando o seu prazo de validade. Não constando o prazo de validade na certidão, serão considerados válidos 60 (sessenta) dias contados da emissão. As exceções serão avaliadas quando for anexada legislação para o respectivo documento.

16.7.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. (STJ, Primeira Turma, AREsp 309867 / ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 08/08/2018. Julgado em 26/06/2018).

16.7.2. Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na junta comercial ou cartório (deverá conter carimbo ou etiqueta ou chancela da junta comercial) fundamentado no art. 1.181 da Lei 10.406/02, § 2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

16.7.3. Por “Balanço Patrimonial apresentado na forma da Lei”, considere-se o seguinte:

a) no caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;

b) no caso das demais sociedades comerciais, deverá ser apresentado o balanço patrimonial transcrito no “Livro Diário” da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;

c) no caso das empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal.

16.7.4. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.7.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

16.7.6 Comprovação da boa situação financeira da empresa Licitante mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1,0 (um vírgula zero), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16.7.7. A empresa licitante constituída no exercício social vigente, ou seja, com menos de 1 (um) exercício financeiro de atividade, deve cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

16.7.9. A empresa licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de habilitação, conforme previsto no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/21.

17.7.10. A comprovação do capital social deverá feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial.

16.7.11. A fixação do percentual no limite legal de 10% (cinco por cento) sobre o valor total estimado da contratação, estabelecido pelo artigo 69, parágrafo 4º, da Lei Federal nº 14.133/21, decorre dos riscos que a inexecução do contrato poderá acarretar para a Administração, considerados, entre outros fatores, o valor total do contrato, o prazo de execução dos serviços/obras, o tempo de duração do contrato e a essencialidade do objeto da licitação.

16.8. Documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

16.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) mediante a apresentação do comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

16.8.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal nº 8.212/1991, bem como às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

16.8.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;

16.8.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.8.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

16.9. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.9.2. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16.9.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação, caso ainda não o tenha feito, e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.

16.9.4. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

16.10. As certidões de comprovação da regularidade fiscal dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 (cento e oitenta) dias contados da data da abertura da sessão pública.

16.11. Para as demais certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.

16.12. A documentação relativa aos subitens 16.6, 16.7 e 16.8, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, expedido pela Prefeitura Municipal de Paranaguá – PMPGUÁ, sendo necessários que os mesmos se encontrem listados no CRC, e dentro do prazo de validade. Caso contrário, a licitante fica obrigada a apresentá-los no ato da apresentação da documentação habilitatória.

16.12.1. Em caso de apresentação do CRC, a licitante deverá, obrigatoriamente, firmar declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação.

16.13. Documentos relativos a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

16.13.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento com no mínimo 40% das características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto – Seguro de veículos, deste certame licitatório;

16.13.2 Autorização de Funcionamento da licitante junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, para operar com seguros, na forma do art. 44 do Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967.

16.14. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO:

16.14.1. A(s) parcela(s) de maior relevância para a execução do objeto desta licitação está(ão) discriminada(s) a seguir:

Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos

16.15. Documentação complementar:

16.15.1. Declaração do licitante de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, em observância ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

16.15.2. Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, nos termos do inciso I, do artigo 63º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16.15.3. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;

16.15.4. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º, ambos da Constituição Federal;

16.15.5. Declaração de idoneidade, conforme modelo no Anexo VI do edital.

16.16. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado.

16.17. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira, deverão ser devidamente consularizados.

16.18. A regularidade exigida por ocasião da licitação deverá manter-se durante o prazo em que valer o contrato.

16.18.1 – Conforme Art. 64. Da lei 14133/2021, após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I – complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II – atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

§ 2º Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

17. DOS RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

17.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.4. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, o Pregoeiro terá até 05 (cinco) dias para:

17.4.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

17.4.2. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

17.4.3. Manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade julgadora.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



17.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. Os recursos e contrarrazões de recurso deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e poderão ser enviados através do e-mail disponibilizado no Edital no item 1.6, considerando que, posteriormente, no prazo de 05 dias da data do envio, os originais deverão ser protocolizados no Protocolo Geral da Secretaria Municipal de Governo – Departamento de Licitações e Suprimentos da Prefeitura Municipal de Paranaguá, sito a Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá-PR. O Pregoeiro deverá recebê-los, examiná-los, julgá-los e submetê-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão, nos termos do artigo 165 da Lei 14.133/2021.

17.7. Não serão conhecidos as impugnações e os recursos apresentados após os respectivos prazos legais e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax que não tiverem seus originais protocolados em 05 (cinco) dias da data do envio.

17.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sala da Secretaria Municipal de Governo – Departamento de Licitações e Suprimentos, sito à Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, Paranaguá, Paraná, CEP: 83203-060.

17.9. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.10. Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

17.11. Os interessados ficam obrigados a acessar o sistema Compras.gov.br, para obter a resposta ao recurso apresentado.

17.12. A publicidade do julgamento dos eventuais recursos se dará na forma prevista no item 1.7 do presente Edital.

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1 Conforme art. 71 da Lei nº 14.133/2021, encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado.

18.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4 Nos casos de anulação e revogação, será assegurada a prévia manifestação dos interessados.

18.5 A anulação do processo licitatório induz ao contrato.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



18.6 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do processo licitatório.

19. INSTRUMENTO CONTRATUAL

19.1. As contratações poderão ser formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos da legislação aplicável.

19.2 O contrato terá sua vigência estabelecida em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.1 O instrumento contratual poderá ser substituído nos termos do art. 95, caput, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.2.2.2 O contrato ou outro instrumento que venha substituí-lo observará o disposto no Título III da Lei Federal nº 14.133/2021 (Dos Contratos Administrativos).

19.3. A critério da Administração, poderá ser facultada a assinatura do contratado no domicílio do(s) licitantes(s) vencedor(es), mediante fornecimento do arquivo do termo a ser celebrado através de correspondência eletrônica, que deverá ser impressa em 03 (três) vias, assinadas, e encaminhadas à Prefeitura do Município de Paranaguá por Sedex, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da correspondência eletrônica, aos cuidados da Assessoria de Contratos da Procuradoria Geral do Município de Paranaguá, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322 – Centro, CEP: 83203-060, Paranaguá, Paraná, sob pena de aplicação de sanções pertinentes previstas neste edital. Este prazo poderá ser prorrogado, a critério da administração, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Prefeitura do Município Paranaguá – PR. Nesta hipótese, as 03 (três) vias do contrato a serem encaminhados à prefeitura devem estar com firma do representante habilitado pela contratada, devidamente reconhecida por tabelionato de notas ou ofício equivalente.

19.4. O fornecedor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar documento equivalente nos termos previstos no Edital.

19.5. O não atendimento do prazo previsto no subitem anterior ou a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso, implicará na aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

19.6. Caso o fornecedor convocado não assine o instrumento Termo de Contrato, bem como não aceite ou não retire o instrumento equivalente, a Administração poderá convocar os demais fornecedores, observando a ordem de classificação, para fazê-lo, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis.

19.7. O prazo para a execução do CONTRATO será de 12 (doze) meses, podendo o ajuste ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até 60 (sessenta) meses, em conformidade com o disposto no art. 105 da Lei Federal no 14.133/2021.

20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. Fica dispensada a apresentação de garantia contratual para fins de celebração de contrato oriundo deste certame.

21. DA COBERTURA

21.1 O seguro deverá no mínimo ter as seguintes garantias de cobertura: colisão (avaria), incêndio, roubo, furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros – APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



pago pela seguradora, em todo o Território Nacional;

21.2. A CONTRATADA obriga – se a garantir as seguintes coberturas aos veículos segurados, com inclusão das carrocerias nos veículos específicos: incluindo colisão, incêndio, e roubo, com franquia obrigatória, sendo serviços de guincho e cobertura RCF (Responsabilidade Civil Facultativo); e benefícios dos serviços 24 (Vinte e quatro) horas/online, exceto para as categorias de trator e máquinas agrícolas.

21.3 A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado – 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);

21.4 Deverá ser considerada franquia reduzida;

21.5 Capitais Segurados (valores de cobertura não poderão ser alterados);

21.6 Casco –Valor Referenciado de Mercado, 100% (cem por cento) da Tabela FIPE; pago diretamente à seguradora no qual ficará responsável em repassar o valor à oficina.

21.7 APP – Acidentes Pessoais por Passageiro:

- a) Morte Acidental
 - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) por passageiro;
- b) Invalidez Permanente
 - R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por passageiro.

21.8. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF:

- a) Danos Materiais
 - R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- b) Danos Corporais
 - R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) Danos Morais
 - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

21.9 APP com DMHO – Acidentes Pessoais a Passageiros com Despesas Médico – Hospitalares e Odontológicas. Caso ocorram acidentes e motorista e/ou passageiros venham a ficar hospitalizados deverá cobrir as despesas por passageiro e/ou motorista:

- a) Despesas Médico
 - Hospitalares e Odontológicas
 - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);

21.9.1 O percentual contratado para caracterização de indenização integral será de 75% (setenta e cinco por cento).

21.9.2 Para a cobertura abrangente, relacionada no abaixo, os concorrentes deverão apresentar a franquia reduzida, com o numerário descrito na proposta comercial, item a item, com valor referência dos veículos 100% (cem por cento) da tabela FIPE/USP.

21.9.3 É necessária a apresentação de prêmio unitário por veículo.

21.9.4 O atendimento de sinistro para efeito de vistoria, não poderá ser superior a 72 (setenta e duas horas), contados da comunicação pelo CONTRATANTE, sendo que o prazo para liquidação do referido sinistro, a partir da entrega de toda a documentação exigida pela companhia seguradora, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de pagamento de multa.

21.9.5 A CONTRATADA obriga-se a aceitar a inclusão de veículos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



21.9.6 O prêmio total a ser pago pelo CONTRATANTE, pelo seguro dos veículos, incluído o custo da apólice e considerando – se a isenção dos Impostos sobre Operações Financeiras IOF.

21.9.7 A CONTRATADA deverá efetivar o resgate de veículos quebrados/sinistrados, até o limite de 300 (trezentos) quilômetros da Cidade de Paranaguá.

21.9.8 Em caso de sinistro, a empresa contratada deverá disponibilizar carro reserva pelo período de 07 (sete) dias corridos, para os veículos oficiais, exceto as categorias de ônibus, micro-ônibus, motos, caminhões, ambulâncias e tratores.

21.9.9 A empresa vencedora obrigatoriamente, deverá manter durante o período de vigência da apólice, base de apoio num limite de até 150 km do município de Paranaguá, ou seja, escritório, filial, representante autorizado ou agente credenciado, com o intuito de prestar serviços de qualidade, atendendo de forma satisfatória, esta Municipalidade.

21.9.10 Para agilizar o atendimento, a empresa vencedora deverá possuir no Município, guincho próprio ou terceirizado, para pronto atendimento em caso de sinistro.

21.9.11 Não deverá ser considerado o perfil dos motoristas, por se tratar de seguro de frota;

21.9.12 Não deverá ser calculado quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota desta Municipalidade no período de vigência do seguro;

21.9.13 O seguro deverá, ainda, ter cláusula de cobertura para acessórios e equipamentos;

21.9.14 Uma vez efetuado o pagamento da indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da licitante vencedora;

21.10. ENDOSSO

21.10.1. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pela Contratada e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando – se as regras constantes neste edital e seus anexos.

21.10.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

21.10.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 10 (dez) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

21.10.4. O pedido de endosso referente às secretarias, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Oficinas.

21.10.5. Os veículos das secretarias que não fazem parte desta contratação, conforme relação, constante neste Anexo poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestadas, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

22.1.1. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os materiais entregues não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

22.2. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações que com base nela se derem, bem como, para requerer o pagamento, deverá apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, acompanhados dos seguintes documentos:

22.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

22.2.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

22.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

22.2.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;

22.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

22.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

22.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

22.5. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



23. DAS SANÇÕES

23.1. Ao LICITANTE que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas será aplicada a seguinte sanção, graduada conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

23.1.1. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores do Município de Paranaguá, pelo prazo de até 2 (dois) anos quando:

- a) Não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Cometer fraude fiscal.

23.2. Ao CONTRATADO que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas, serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

23.2.1. Multa por atraso imotivado na execução dos serviços, nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 30 (trinta) dias: 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, sobre o valor da fatura.
- b) Superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura.

23.2.2. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar a Ata no prazo de 05 (cinco) dias úteis, de acordo com o disposto item 20.1, ou assinar o contrato / retirar o documento equivalente e devolver a Prefeitura Municipal no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de sua convocação.

23.2.2.1. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da lei 14133/2021

23.2.3 O somatório das multas previstas nos itens acima não poderá ultrapassar o percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

23.2.4. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) Até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) Até 02 (dois) anos nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração.

23.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública quando o licitante incorrer por 02 (duas) vezes nas suspensões elencadas acima.

23.3. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

23.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

23.5. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

23.6. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, o contratado responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

23.7. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pelo contratado e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

23.8. As sanções previstas neste edital são de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Paranaguá, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

23.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

24. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

24.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Paranaguá o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

24.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

24.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

24.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

24.5. A nulidade opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que a Ata de Registro de Preços, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

24.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

24.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

24.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito de Paranaguá.

25. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

25.1. Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

25.2. Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional;

25.3. Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

25.4. Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados;

25.5. Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados;

25.6. Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados;

25.7. Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

25.8. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;

25.9. Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

25.9.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

25.9.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

25.9.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

25.9.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

25.9.5. Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

25.9.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;

25.9.7. Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

25.9.8. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

25.9.9 Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

25.9.9.1. Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

25.9.9.2. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

25.9.9.3 Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

25.9.9.4. Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;

25.9.9.5. Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;

b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

25.9.9.6. Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

25.9.9.7 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molcar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado;

25.9.9.8 Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização integral;

25.9.9.9 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

25.9.9.10 Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no item 9 deste Termo de Referência;

25.9.9.11 Assegurar cobertura completa de para-brisas frontais/traseiros, vidros, retrovisores e lentes de retrovisores, serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados; sem franquia e sem limite de utilização para reposição dos mesmos.

25.9.9.12 Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

25.9.9.13 Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

25.10 – Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e ou indiretamente aplicáveis ao objeto deste termo;

25.11 - Eximir o município de Paranaguá de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação de serviços (art.120 da Lei 14133/2021);

26. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
--

26.1 – Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;

26.2 – O responsável pela fiscalização deste contrato será o servidor Alessandro Ari Marinho Matric. 11.532 e Paulo Cesar de Souza, Matric.11.656. no Departamento de Logística da Secretaria Municipal de Obras Públicas pelos telefones 41-3721-1790.

26.3 - Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

26.4 - Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar de que forma os serviços serão executados;

26.5 - Proceder aos pagamentos devidos a contratada;

26.6 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

26.7 - Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

26.8 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

27. CONTROLE DA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO
--

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



27.1 Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

27.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

27.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

27.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

27.5 A fiscalização dos serviços procederá de acordo com os termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018.

28. MEDIDAS ACAUTELADORAS

28.1. Consoante ao artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

29. FRAUDE E CORRUPÇÃO

29.1. Para os propósitos desta cláusula, devem ser evitadas e inibidas as seguintes práticas:

- (i) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- (ii) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- (iii) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- (iv) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

29.2. O licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

29.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

29.4. Considerando aos propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados a licitação e a execução do contrato.

30. DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. Ao participar da licitação, a licitante declara sob as penalidades da Lei, a inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e o responsável pela licitação quer direta ou indiretamente.

30.2. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação, por parte da proponente, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

30.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Paranaguá revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivada de fato superveniente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizando no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

30.4. No caso de haver desconexão do Pregoeiro com o sistema eletrônico no decorrer da etapa competitiva, o sistema poderá permanecer acessível aos licitantes para recebimento dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

30.5. Persistindo a desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa, reiniciando somente após comunicação expressa aos participantes.

30.6. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

30.7. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a completar a instrução do processo.

30.8. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

30.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta.

30.10. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

30.11. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento, pelo aplicativo de informática “Licitações-e2.” do Banco do Brasil ou, ainda mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná.

30.12. São de responsabilidade exclusiva da licitante as informações relativas a endereço, telefone e fax, bem como a modificação dos mesmos no curso da licitação, dando-se por intimada em caso de eventual tentativa frustrada de comunicação.

30.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos somente se iniciam e vencem em dia de expediente normal.

30.14. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com base na legislação vigente.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



30.15. Fica designado o Foro da Cidade de Paranaguá, Paraná, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

30.16. Esta licitação poderá ser acompanhada pelos portais www.paranagua.pr.gov.br e www.licitacoes-e.2.bb.com.br, onde são divulgados os prazos, consultas e demais informações do certame.

Paranaguá, 00 de xxxxxxx de 2026

OZEIAS REBELLO COSTA
Secretário Municipal de OBRAS PÚBLICAS.
CREA/PR 18.066-D

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO I

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL Utilitários/vans – Ônibus – Caminhões – Equipamentos pesados

SEMAD

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
CAMINHÃO FURGÃO	IVECO	DAILY 70C 17HDCD	BDV-8E90	1.221.634.671
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AXI-6023	566.209.144
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	QPV-6C01	1.175.279.460
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	QPV-6B98	1.175.279.096
AUTOMÓVEL	VW	GOL TL MC S	AZD-4I58	1.031.147.184
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4E08	1.033.372.371
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO	AXM-6A97	581.932.633
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AXG-1051	556.418.654

SECULTUR

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
PICK UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	PBL-2441	1.160.997.982
VAN FURGÃO	RENAULT	MARIMAR MCA06. CH	BEH-6D71	1.237.483.457
AUTOMÓVEL	CITROEN	C3 AIRCROSS FL 7	TBE-4G24	01431033895
AUTOMÓVEL	CITROEN	C4 L FEEL AUT	BDQ-7F06	01214888469
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16 SCE	QOI-2823	01150568833

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026****SEMEDI**

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
FURGÃO	MBB	1215 C	AJC-4237	774.909.986
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8 EM	AXQ-0546	588.806.285
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8 EM	AXQ-0547	588.799.912
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8 L	AYA-8J45	994.034.091
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8 L	AYA-8891	994.038.160
MICRO-ÔNIBUS	CITROEN	JUMPER JAEDI	AZG-5427	1.034.960.960
MICRO-ÔNIBUS	IVECO	GRANCLASS 150S21E	BBD-8968	1.109.566.368
MICRO-ÔNIBUS	IVECO	GRANCLASS 150S21E	BBD-7017	1.110.208.224
MICRO-ÔNIBUS	IVECO	GRANCLASS 150S21E	BBF-5970	1.112.239.631
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE DW9 ON	BCA-5287	1.148.031.836
MICRO-ÔNIBUS	RENALT	MASTER 2.5 DCI 115CV 16/19L	BCC-4A39	1.150.457.420
CAMINHÃO	FORD	FORD/CARGO 1419S	QOO-0482	1.155.907.750
MICRO-ÔNIBUS	VW	MASCARELO GRANMICRO E O	BCZ-4D88	1.187.805.790
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5E52	1.342.227.457
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5E58	1.342.214.584
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5F02	1.342.208.274
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5F17	1.342.186.785
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5F24	1.342.211.216
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5F20	1.342.212.514
MICRO-ÔNIBUS	VW	VW NEOBUSS 8.160 ESCOLAR	SEG-5F95	1.342.209.610

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VW/15.190	AXY-2877	656.271.060
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VW/15.190	AXY-2962	683.502.484
ÔNIBUS CONVENCIONAL	AGRALE/MAS C	GRANMINI	AZM-2416	1.043.972.460
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BCA-3548	1.148.027.758
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BCA-6286	1.148.507.695
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BCA-6C96	1.148.498.564
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BCA-6289	1.148.500.542
MICRO-ÔNIBUS	VW	MASCARELO GRANMICRO E O	BCZ-4D85	1.187.712.180
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE	BDE-3G56	1.195.640.428
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BDC-3C46	1.191.899.400
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BDC-3C48	1.191.905.230
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BDH-3E09	1.200.403.549
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BDH-3E10	1.200.043.992
PICK UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	PBL-2442	1.160.998.024
UTILITÁRIO	GM	MONTANA 1.4 8V	AZA-9423	1.027.815.00
MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	MARRUA AM200 MO	RHI-7J30	1.273.120.504
MICRO-ÔNIBUS	AGRALE	MARRUA AM200 MO	SDW-4B61	1.322.640.022

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W-L EO	BCA-6294	1.148.506.567
AUTOMÓVEL	GM	SPIN	PBK-8681	1.157.760.039

SEMMADESP

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
CAMINHÃO LIMPA FOSSA	VW	14.190 CRM 4X2	RHP-2I69	1.283.180.887
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629 E	BAH-7D42	1.077.741.364
CAMINHÃO	VW	14.190 CRM 4X2	RHP-2I69	1.283.180.887
CAMINHÃO	M.BENZ	POLIGUINDASTE ATEGO 1719	SDR-4J03	1.304.529.522
AUTOMÓVEL	FIAT	UNO MILLE ECONOMIC	AQU-9725	116.686.782
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9C ON	BCA-5284	1.148.030.139
ÔNIBUS CONVENCIONAL	MARCOPOLO	VOLARE W8	AON-3539	908.850.611
UTILITÁRIO	FIAT	PICK-UP STRADA	TAM-4G08	1.404.464.384
UTILITÁRIO	FIAT	PICK-UP STRADA FREEDOM	TAM-8G69	1.410.409.381
UTILITÁRIO	FIAT	PICK-UP STRADA	RHK-3D88	1.396.879.312
AUTOMÓVEL	VW	SAVEIRO CS	AXF-6532	556.415.205
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS RB MF	SVO-1I13	1.411.054.633
PICK-UP	FIAT	TORO VOLCANO	SSG-4A69	1.376.761.278
AUTOMÓVEL	GM	MONTANA 1.4 8V	AZV-8101	1.059.806.301
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCL-5184	1.165.403.738

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

AUTOMÓVEL	GM	MONTANA 1.4 8V	AZA-9422	1.027.839.891
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MCV	BBK-6563	1.121.867.895
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCA-1787	1.147.199.318
MOTOCICLETA	HONDA	CG 150 TITAN ES	AOR-4833	915.030.675
BASCULANTE	INTERNATION	DURASTAR 4400 EURO V 4X4	AZI-1H20	1.036.661.277
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7339	1.077.674.535
BASCULANTE	FORD	CARGO 816 S	BBF-5133	1.113.044.915
UTILITÁRIO	REN/MASTER	FURGÃO L2H2	BAR-6G25	01093236750
FURGÃO	FORD	CARGO 1317 E	JHN-7253	156.189.607
CAMINHÃO FURGÃO	IVECO	TECTOR	BEA-2E92	01.225.669.321
CAMIONETE FURGÃO	RENAULT	MASTER FUR L3H2	FXQ-7J27	01.223.351.774
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AXF-6532	556.415.205
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AXF-6498	556.417003
UTILITÁRIO	GM	MONTANA 1.4 8V	AZZ-9593	1.066.455.110
UTILITÁRIO	FIAT	TORO	FZM-8805	01152370984
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	BAU-3D43	1.096.658.248
MOTOCICLETA	HONDA	XR250 TORNADO	AMB-5368	836.265.483

SEMOP

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
BASCULANTE	INTERNAC.	DURA STAR 4400 EURO V 6X4	AZI-1H21	1.036.661.986

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

BASCULANTE	INTERNAC.	DURA STAR 4400 EURO V 6X4	AZI-1724	1.036.662.672
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7350	1.077.445.102
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7D48	1.077.443.398
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7D41	1.077.671.242
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7D38	1.077.673.199
PICK UP	GM	MONTANA	AZU-4G82	1.057.461.587
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAL-3I96	1.083.538.222
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAL-3891	1.083.535.215
BASCULANTE	VOLVO	VM 270 6X2R	RSC-9C38	1.340.679.300
BASCULANTE	VOLVO	VM 270 6X2R	RSC-9B88	1.340.678.753
BASCULANTE	VOLVO	VM 270 6X2R	RSD-3G48	1.341.082.382
CARROCERIA	IVECO	VERTIS 130V19	AZG-9D05	1.034.777.669
CARROCERIA	IVECO	DAILY 65-170CD	BEP-5B70	1.246.542.290
CARROCERIA	IVECO	DAILY 65-170CD	BEP-5B72	1.246.544.463
CARROCERIA	IVECO	DAILY 65-170CD	BEP-5B74	1.246.545.184
CAMINHÃO PIPA	M.BENZ	ATEGO	BEI-8J28	1.239.414.371
CAMINHÃO PIPA	M.BENZ	ATEGO	BEI-7G27	1.239.393.650
HIDRO JACTO	IVECO	TECTOR 240E28IDATK	BEW-6B09	1.254.434.183
CAVALO MECÂNICO	FORD	1933 4X2	BBF-7F67	1.112.766.666
UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZU-5J34	1.057.242.486
UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZV-9I56	1.060.280.776

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZW-9I30	1.061.936.730
PICK-UP	GM	S-10	NGJ-3B08	904.860.230
CAMINHÃO	IVECO	VERTIS 130V19	AZP-4467	1.047.016.440
CAMINHÃO	FORD	CARGO/1622	AHK-4590	686.054.113
SEMI REBOQUE	MORUMBI	02 EIXOS	BAG-9348	1.076.560.030
PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	BCB-1H67	1.149.042.866
PICK-UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	BCB-1H68	1.149.040.740
CAMINHÃO MUNCK	IVECO	DAILY 7013	AOZ-5673	920.314.589
MICRO-ÔNIBUS	CITROEN	JUMPER M33	AXZ-1058	992.309.387
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9	AVW-4E34	483.036.552
MICRO-ÔNIBUS	CITROEN	JUMPER JAEDI	AZG-5E28	1.034.970.043
AUTOMÓVEL	GM	ASTRA SEDAN ADVANCE	AQC-8505	967.654.190
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCA-1784	1.147.199.784
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCA-5681	1.147.198.451
AUTOMÓVEL	FIAT	UNO WAY 1.4	AXI-3635	566.536.768
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 NOVO GOL	AZJ-8E75	1.040.781.303
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZJ-8E78	1.040.784.892
AUTOMÓVEL	GM	MONTANA 1.4 8V	AZO-8807	1.048.262.950
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AVZ-0I37	487.228.510
AUTOMÓVEL	RENALT	LOGAN EXP. 1.6	AUF-8D26	337.266.000
AUTOMÓVEL	VW	GOL-G-4 1.0	AUF-7254	336.109.598
AUTOMÓVEL	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	AQU-9725	116.686.782

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

AUTOMÓVEL	GM	SPIN 1.8 L MT	PBL-1199	1.159.822.538
AUTOMÓVEL	GM	SPIN 1.8 L MT	PBL-1198	1.159.821.574
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	BAA-7922	1.066.859.890

SEMSAP

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER RONTAN	AVS-8904	478.083.947
AMBULÂNCIA	MASTER	MASTER	AYJ-1576	1.008.255.774
UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZD-9352	1.031.721.204
UTILITÁRIO	VW	VW/KOMBI	AXF-6537	556.407.911
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9	AYQ-4492	1.185.173.304
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W9C ON	BBY-9210	1.145.697.868
AMBULÂNCIA	FIAT	DUCATO MC RONTAN	AUU-9904	404.600.247
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER L3H2	BCH-7957	1.159.689.803
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AXF-6535	556.422.481
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER L2H2	BCO-4823	1.169.976.732
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER EURO	BCF-6194	1.156.166.940
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER REVES A	BDC-8D08	1.193.074.115
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER REVES A	BDC-8D06	1.193.075.006
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER GCASA	BDQ-6F81	1.214.694.478
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER GCASA	BDQ-6F84	1.214.693.510
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER ECOXT UM CH	BDQ-4G22	1.209.533.720

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



AMBULÂNCIA	M.BENZ	SPRINTER REV AMB	BEH-7G15	1.237.542.410
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER PL3 CM A	TAN-3C06	1.411.124.615
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER PL3 CM A	TAN-3C07	1.411.125.417
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER PL3 CM A	TAN-3C12	1.411.125.700
AMBULÂNCIA	RENAULT	MASTER PL3 CM A	TAN-3G16	1.411.218.555
FURGÃO	FORD	CARGO 1419S	QQA-7E34	011.781.943.18
CAMIONETE FURGÃO	PEUGEOT	PARTTRAPID	SFO-4B89	01.395.542.837
CAMINHÃO FURGÃO	IVECO	DAILY 65CD	TAO-3A79	01.412.296.657
UTILITÁRIO	RENAULT	MASTER	BCF-1029	01155342787
UTILITÁRIO	RENAULT	MASTER	BCF-1037	01154910803
PICK UP	FIAT	TORO FREEDOMMT	FOT-8001	1.161.353.639
PICK UP	FIAT	TORO FREEDOMMT	FTE-9644	1.153.258.517
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLAREV8L ON	BCZ-0I83	1.187.027.593
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8L ON	BDI-3A95	1.201.948.514
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE V8L ON	BDI-3B04	1.201.954.115
MICRO-ÔNIBUS	M.BENZ	M.BENZ 415 CDI	BDO-1B70	1.210.242.750
PICK UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	BCO-0790	1.169.451.273
MICRO- ÔNIBUS	M.BENZ	M.BENZ 415 CDI	BDU-0J61	1.219.294.192
MICRO-ÔNIBUS	M.BENZ	M.BENZ 415 CDI	BDU-0J65	1.219.276.178
MICRO-ÔNIBUS	RENAULT	MASTER ECOXT VM CH	BEA-6C04	1.228.082.020

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

MICRO VACINA	MARCOPOLO	VOLAREV8L ON	BDZ-5A65	1.227.547.673
MICRO-ÔNIBUS VAN	IVECO	DAILY 50 RR PAS 20	TAL-5G05	1.402.372.164
MICRO-ÔNIBUS VAN	IVECO	DAILY 50 RR PAS 20	TAI-7d67	1.398.414.570
MICRO-ÔNIBUS VAN	M.BENZ	SPRINTER 417F 47	SEN-7G35	1.351.201.244
VAN FURGÃO	M.BENZ	416 ALTER AMB	RHF-7D80	01.268.300.966
VAN FURGÃO	M.BENZ	416 ALTER AMB	RHF-7D83	1.268.302.586

AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AXM-6A98	581.936.078
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AXM-6108	581.934.210
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4408	1.033.372.371
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4409	1.033.373.971
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4E12	1.033.374.595
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4E13	1.033.371.090
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4E06	1.033.373.343
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	AZF-4410	1.033.368.765
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	BBI-2A47	1.117.720.842
AUTOMÓVEL	VW	UP TAKE MA	BBI-2A45	1.117.718.651
AUTOMÓVEL	CHERRY	CELER 1.5 HB ACT	BCF-1648	01155309720
AUTOMÓVEL	CHERRY	CELER 1.5 HB ACT	BCF-1649	01155227864
AUTOMÓVEL	CHERRY	CELER 1.5 HB ACT	BCF-1038	01155313469
AUTOMÓVEL	GM	ELEGANCE SEDAN ASTRA	ANF-6258	868.466.387
AUTOMÓVEL	GM	ELEGANCE SEDAN ASTRA	ANF-6272	868.468.339
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER SEDAN	BCL-4585	1.165.690.869

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



AUTOMÓVEL	CHERY	CELER SEDAN	BCL-4587	1.165.686.594
AUTOMÓVEL	VW	GOL TL MCV 1.6	BBQ-7344	1.132.998.082
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2F50	1.258.604.520
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2F85	1.258.604.792
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2H57	1.258.602.889
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-3D70	1.258.625.625
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-4D27	1.258.614.119
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-4D18	1.258.639.545
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-3E27	1.258.617.185
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2E48	1.258.637.011
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-6F92	1.258.606.132
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2F93	1.258.601.211
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-2F24	1.258.628.047
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	BEX-0C67	1.254.947.210
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-4D17	1.258.603.966
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	BEW-8H83	1.254.666.971
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.0 L MC4	RHA-4C72	1.258.615.948
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	AXM-6A97	581.932.633
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6	BCJ-6792	1.162.689.983
AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16 SV	BCI-4354	1.160.172.851
AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16 SV	BCI-4355	1.160.171.340
AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16 SV	BCI-4356	1.160.169.630

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



AUTOMÓVEL	NISSAN	MARCH 16 SV	BCI-4357	1.160.173.963
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F38	1.421.498.933
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F39	1.421.491.300
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F40	1.421.500.750
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F41	1.421.500.466
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F42	1.421.499.484
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F43	1.421.479.734
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F44	1.421.480.708
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F45	1.421.481.801
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F46	1.421.484.126
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F47	1.421.485.360
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F49	1.421.486.560
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F52	1.421.487.451
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F53	1.421.488.059
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F54	1.421.488.903
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F55	1.421.492.340
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F57	1.421.501.969
AUTOMÓVEL	GM	ONIX 10MT LT2	TAX-8F59	1.421.501.314

SEMSEG

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AYE-9387	1.001.862.136

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZW-9828	1.061.938.872
UTILITÁRIO	VW	AMAROK CD 4X4	AZW-9829	1.061.942.810
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AZN-2987	1.045.702.690
PICK-UP	VW	SAVEIRO CS	AZN-2991	1.045.701.740
CAMIONETE	MMC	TRITON SPORT QLS AT	BDZ-5C03	1.227.677.879
CAMIONETE	MMC	TRITON SPORT QLS AT	BDZ-5A63	1.227.583.297
CAMIONETE	MMC	TRITON SPORT QLS AT	BDZ-5A64	1.227.582.991
CAMIONETE	NISSAN	FRONTIER	BEH-5C62	1.234.263.154
MICRO-ÔNIBUS	MARCOPOLO	VOLARE W8 ON	AXM-4B78	580.848.361
MICRO-ÔNIBUS	RENAULT	M REVESCAP L3H2	BBI-0373	1.117.895.383
CARROC. CAB. DUPLA	FORD	CARGO/816	AYG-2049	1.003.288.160
SEMI-REBOQUE LANCHA	REBOCAR	GOLD LINE 10 T	BDZ-6J29	1.227.743.570
TRAILER	R/DELKA UMA	667209	ATJ-8301	267.163.002

AUTOMÓVEL	VW	SPACE FOX	AXP-3A12	586.215.522
AUTOMÓVEL	VW	SPACE FOX	AXP-3015	586.218.025
AUTOMÓVEL	VW	SPACE FOX	AYE-9392	1.010.996.140
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRN-8663	1.122.279.202
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRN-8703	1.122.298.053
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRN-8653	1.122.280.332
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRO-2023	1.122.279.784

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRN-8673	1.122.298.010
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-250 LANDER	PRN-8683	1.122.298.029
MOTOCICLETA	YAMAHA	XTZ-150 CROSSER E	PRN-8693	1.122.298.037
MOTOCICLETA	HONDA	CG 150FAN ESI	AWC-5A64	492.410.119
AUTOMÓVEL	VW	SPACE FOX	AXP-2993	586.210.857
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1C49	1.198.318.969
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1B86	1.198.318.845
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1C52	1.198.318.543
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1C55	1.198.318.063
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1C51	1.198.317.890
MOTOCICLETA	HONDA	XRE 300 ABS	BDG-1C54	1.198.149.598
AUTOMÓVEL	VW	SPACE FOX	AYE-9389	1.010.950.808
AUTOMÓVEL	HONDA	CIVIC LXS	ARP-7844	158.590.260
MOTOCICLETA	HONDA	CG 150 FAN ESI	AWC-5A64	492.410.119

SEMSU

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
CAMINHÃO ESCADA	FORD	CARGO 816 S	BCG-4664	1.157.212.074
PICK-UP	FIAT	TORO FREEDOM MT D	GJI-9388	1.145.725.977
PICK-UP	VW	SAVEIRO RB MBVS	BCA-4602	1.147.952.098
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AWX-7C63	537.913.203
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZD-4859	1.031.126.314

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ**Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

AUTOMÓVEL	GM	MONTANA 1.4 8V	AZD-2713	1.030.658.770
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCA-1782	1.147.282.550
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZD-9D48	1.031.727.296
CAMINHÃO MUCK	IVECO	DAILY 7013	AOZ-5673	920.314.589

SERVAL

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629E 6X4	BAH-7349	1.077.446.834
BASCULANTE	FORD	CARGO 2629 E	BAH-7D45	1.077441.093
PICK UP	VW	SAVEIRO CS	AWZ-7H42	543.384.764
PICK UP	VW	NOVA SAVEIRO RB MBVS	BCH-8924	1.159.601.930

SETRIN

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AUTOMÓVEL	CHERY	CELLER HATCH	BCF- 1039	01152527670
AUTOMÓVEL	VW	NOVO GOL TL MCV	BBW-7721	01142183308

SEMFAC

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AUTOMÓVEL	CITROEN	AIRCROSS START MT	PBX-0283	1.210.666.291
AUTOMÓVEL	CITROEN	AIRCROSS START MT	PBX-0C82	1.210.665.988
AUTOMÓVEL	CITROEN	AIRCROSS START MT	BDC-9J62	1.193.362.480
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZE-2E71	1.031.970.999

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZJ-8E76	1.040.759.456
AUTOMÓVEL	VW	GOL TL MBV	BBB-9261	1108029512
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	AXF-8147	558.050.352
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	QOO-0483	1.154.920.019
AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 16	QOO-0484	1.154.918.995
AUTOMÓVEL	GM	SPIN 1.8 LMT	PBK-8682	1.157.760.055
AUTOMÓVEL	GM	SPIN 1.8 LMT	PBL-1200	1.159.823.577
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCC-2565	1.150.493.744
AUTOMÓVEL	CHERY	CELER 1.5 HB ACT	BCC-2F66	1.150.511.300
AUTOMÓVEL	JEEP	RENEGADE 1.8	BEF-3C54	1.234.052.676
AUTOMÓVEL	RENAULT	KWID OUTSID 2	SDV-6E60	1.321.517.111
FURGÃO	FIAT	DUCATO-MINIBUS	AVB-3478	453.897.649
FURGÃO	FIAT	DUCATO MAX CARGO	BAX-4185	1.102.809.125
CAMIONETA/FURGÃO	FIAT	DOBLO/CARGO 1.4	ATG-9112	258.751.908
UTILITARIO	GM	SPIN 1.8 L MT	PBK-8682	1.157.760.055
UTILITARIO	GM	SPIN 1.8 L MT	PBL-1200	1.159.823.577
PICK UP	FIAT	TORO FREEDOMMT D	GDJ-0404	1.158.497.650
MICROÔNIBUS	RENAULT	MASTER VAN	BCY-2J94	1.184.382.856

SEMFA

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
----------	-------	--------	-------	---------

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁSecretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos*PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026*

AUTOMÓVEL	RENAULT	SANDERO EXP 1.6 SCE	QPT-9H32	1.173.165.786
-----------	---------	---------------------	----------	---------------

SEMPLOG

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AUTOMÓVEL	CITROEN	C3 FEEL PK AT	SFC-0J02	01362608529
AUTOMÓVEL	RENAULT	DUSTER 1.6 D 4X2	PYC-2198	01091276592

SEMUR

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZD-4860	1.031.141.860
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	AZU-5933	1.057.236.915
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	BAW-1683	1.100.631.647
AUTOMÓVEL	VW	GOL 1.6 GIV	BAW-1684	1.100.634.271

SESPOR

ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PLACA	RENAVAN
AUTOMÓVEL	RENAULT	LOGAN EXP 1.6 SCE	BCL-0694	1.163.412.535

EQUIPAMENTOS PESADOS

SEQ	ESP/TIPO	MARCA	MODELO	PREFIX O	ANO
01-	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	SDLG	LG6150E	EH-01	2014
02-	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	XCMG	XE150BR0011SKD	EH-02	2018
03-	MOTONIVELADORA	CAT	120B	M-04	1975
04-	MOTONIVELADORA	CAT	140B	M-08	1986
05-	MOTONIVELADORA	YTO	MG1217A	M-09	2014
06-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-17	2014
07-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-18	2014
08-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-19	2015

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



09-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-20	2015
10-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-21	2016
11-	CARREGADEIRA	KOMATSU	WA200-6	P-22	2016
12-	CARREGADEIRA	XCMG	LW300BR	P-23	2020
13-	ROLO COMPACTADOR	MULLER	VAP55 A	RV-10	2014
14-	ROLO COMPACTADOR	MULLER	VAP55 A	RV-11	2015
15-	RETROESCAVADEIRA	RANDON	4X4 TURBO RK 406B	RE-07	2009
16-	RETROESCAVADEIRA	VOLVO	BL60B	RE-09	2014
17-	RETROESCAVADEIRA	VOLVO	BL60B	RE-10	2014
18-	RETROESCAVADEIRA	VOLVO	BL60B	RE-11	2015
19-	RETROESCAVADEIRA	VOLVO	BL60B	RE-12	2015
20-	RETROESCAVADEIRA	JCB	3C	RE-13	2015
21-	RETROESCAVADEIRA	JCB	3C	RE-14	2016
22-	TRATOR	AGRALE	4100.4	T-17	
23-	TRATOR AGRÍCOLA	MAHINDRA	TRAÇÃO 4X4	TA-01	2021
24-	VIBRO ACABADORA	DYNAPAC	FCI-400C	VA-02	2019
25-	EMPILHADEIRA	MANITOU	MI-X45D	EP-06	2019
26-	MINI CARREGADEIRA	MUSTANG	1900R	MC-01	2018
27-	MINI CARREGADEIRA	JCB	190T3	MC-02	2019
28-	MAQ. PINTURA		EQUIP. SINALIZAÇÃO VIÁRIA		1997
29-	MINI CARREGADEIRA	MECÂNICA	BOBCAT S130	BC-01	
30-	MINI CARREGADEIRA	MECÂNICA	BOBCAT S450	BC-02	
31-	MINI CARREGADEIRA	MECÂNICA	BOBCAT S450	BC-03	

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Abertura de processo licitatório visando a **Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos pertencentes ao Município de Paranaguá, conforme descritos em planilha (anexo I), com assistência técnica 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, com cobertura em todo o território nacional.** no Município de Paranaguá, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação pretendida tem por finalidade atender as demandas operacionais, concernente à toda frota de veículos do município

2.2 A presente contratação do objeto em questão justifica-se pela necessidade da cobertura de seguro total para a frota de veículos e equipamentos de propriedade da Prefeitura Municipal de Paranaguá, onde estes circulam constantemente em rodovias e vias de tráfego intenso, estando, desta forma, sujeitos à ocorrência de sinistros, que podem também originar indenizações por danos pessoais e materiais aos servidores que prestam serviço da instituição e a terceiros.

2.3 Com isso, busca-se resguardar o patrimônio público de eventuais danos aos quais os veículos estão sob risco constante, bem como evitará ocorrências desta Prefeitura ser obrigada a cobrir custos com indenizações por responsabilidade civil, sendo, portanto, vantajosa a contratação.

2.4 As Secretarias utilizam os veículos e equipamentos da frota para realização de atividades e execução dos programas para atendimento à população. São rotinas administrativas, de fiscalização, acompanhamento e execução de obras e benfeitorias, manutenção, reformas de espaços e locais públicos, e demais prestações de serviços aos munícipes.

2.5 Os 348 veículos e Equipamentos foram adquiridos novos e outros com a vigência de cobertura do seguro vencido.

2.6 Os veículos (NOVOS) e equipamentos, que venham a ser adquiridos pelo CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



durante o período de vigência do contrato serão incluídos no seguro, nas mesmas condições pactuadas, obedecidas as características específicas.

2.7 A inclusão de novos veículos e equipamentos se fará mediante a comunicação expressa do CONTRATANTE à CONTRATADA, com a indicação das importâncias seguradas.

2.8 Os veículos e equipamentos segurados, constantes na relação em anexa que integra este termo de referência, serão vistoriados pela CONTRATADA, devendo ser utilizados exclusivamente para os fins especificados pelo fabricante, e atividades específicas do CONTRATANTE, sob pena de exclusão das coberturas ora estabelecidas.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.

3.1 A Contratação De Empresa Especializada para prestação de serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos será realizada com empresa especializada no ramo.

3.2. Nesse sentido, o que se pretende na presente contratação é o êxito da prestação de serviço em seu conjunto.

3.3. As quantidades apresentadas serão suficientes para atender à municipalidade pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite da lei.

3.4. A empresa Contratada deverá executar o objeto contratado em conformidade com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

3.5. A contratação propiciará uma melhor atuação do Município de PARANAGUÁ – PR e melhoria na qualidade do serviço público. Além disso, garantirá eficiência no desenvolvimento dos trabalhos do Município.

4. DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Por essas razões, optou-se pela contratação dos serviços por meio da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de MENOR PREÇO TOTAL DO LOTE, em conformidade com a legislação vigente e com os termos definidos neste Termo de Referência.

4.2. O critério de menor preço total consiste em selecionar a proposta que apresenta o menor valor total para a execução dos serviços, considerando todos os custos envolvidos, como materiais, mão de

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



obra, equipamentos, impostos etc. Esse critério é adequado para obras/serviços padronizados, isto é, aqueles que possuem especificações técnicas bem definidas e uniformes, que permitem uma estimativa precisa dos custos e dos serviços necessários para a sua realização.

5. REGIME DE EXECUÇÃO

5.1 O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

6. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 Contratada deverá adotar todas as práticas necessárias à execução dos serviços e estar em dia com todas as suas obrigações.

6.2 As obrigações da Contratada e da Contratante serão previstas em tópico específico deste Termo de Referência.

7. DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, ESTIMATIVAS DE PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

7.1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

TABELA ESTIMATIVA DE PREÇOS – Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular 2025.

DESCRIÇÃO	PORTO	MAPFRE	GENTE	MEDIA
Contratação de Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular	R\$ 1.945.491,05	R\$ 2.100.000,00	R\$ 4.633.001,50	R\$ 2.022.745,52

7.1 Os valores unitários estimados neste Termo de Referência, foram encontrados a partir da aplicação da Média Estatística dos valores informados nas cotações de preços feitas junto a corretoras de seguros veicular, onde a falta de interesse em atender a administração pública por empresas do segmento de seguros de veículos, trouxe dificuldades na elaboração da planilha de orçamento, onde apenas 3 (Três) seguradoras,

7.2 As cotações efetuadas fazem parte da instrução do processo administrativo de abertura de processo licitatório.

8. PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO

8.1. O valor total estimado para esta Contratação é de **R\$ 2.022.745,52 (Dois milhões e vinte e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).**

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026

8.2 Os valores estimados para a presente Contratação, foram encontrados a partir da aplicação da Média Estatística dos valores informados nas cotações de preços e/ou orçamentos anexas ao Procedimento Licitatório.



9. DA COBERTURA.

9.1 O seguro deverá no mínimo ter as seguintes garantias de cobertura: colisão (avaria), incêndio, roubo, furto, Responsabilidade Civil Facultativa – RCF, Acidentes Pessoais de Passageiros – APP, assistência 24 (vinte e quatro) horas (reboque tipo prancha, assistência mecânica, chaveiro e vidraceiro) com quilometragem livre e disponibilização de táxi pago pela seguradora, em todo o Território Nacional;

9.2. A CONTRATADA obriga – se a garantir as seguintes coberturas aos veículos segurados, com inclusão das carrocerias nos veículos específicos: incluindo colisão, incêndio, e roubo, com franquia obrigatória, sendo serviços de guincho e cobertura RCF (Responsabilidade Civil Facultativo); e benefícios dos serviços 24 (Vinte e quatro) horas/online, exceto para as categorias de trator e máquinas agrícolas.

9.3 A modalidade de cobertura será do tipo abrangente, com Valor de Mercado Referenciado – 100% (cem por cento) da Tabela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas);

9.4 Deverá ser considerada franquia reduzida;

9.5 Capitais Segurados (valores de cobertura não poderão ser alterados);

9.6 Casco –Valor Referenciado de Mercado, 100% (cem por cento) da Tabela FIPE; pago diretamente à seguradora no qual ficará responsável em repassar o valor à oficina.

9.7 APP – Acidentes Pessoais por Passageiro:

- a) Morte Acidental
 - R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) por passageiro;
- b) Invalidez Permanente
 - R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por passageiro.

9.8. Responsabilidade Civil Facultativa – RCF:

- a) Danos Materiais
 - R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- b) Danos Corporais
 - R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- c) Danos Morais
 - R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.9 APP com DMHO – Acidentes Pessoais a Passageiros com Despesas Médico – Hospitalares e Odontológicas. Caso ocorram acidentes e motorista e/ou passageiros venham a ficar hospitalizados

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



deverá cobrir as despesas por passageiro e/ou motorista:

a) Despesas Médico

- Hospitalares e Odontológicas
- R\$ 100.000,00 (Cem mil reais);

9.9.1 O percentual contratado para caracterização de indenização integral será de 75% (setenta e cinco por cento).

9.9.2 Para a cobertura abrangente, relacionada no abaixo, os concorrentes deverão apresentar a franquia reduzida, com o numerário descrito na proposta comercial, item a item, com valor referência dos veículos 100% (cem por cento) da tabela FIPE/USP.

9.9.3 É necessária a apresentação de prêmio unitário por veículo.

9.9.4 O atendimento de sinistro para efeito de vistoria, não poderá ser superior a 72 (setenta e duas horas), contados da comunicação pelo CONTRATANTE, sendo que o prazo para liquidação do referido sinistro, a partir da entrega de toda a documentação exigida pela companhia seguradora, não poderá exceder o prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de pagamento de multa.

9.9.5 A CONTRATADA obriga-se a aceitar a inclusão de veículos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) sempre que solicitado pelo CONTRATANTE.

9.9.6 O prêmio total a ser pago pelo CONTRATANTE, pelo seguro dos veículos, incluído o custo da apólice e considerando – se a isenção dos Impostos sobre Operações Financeiras IOF.

9.9.7 A CONTRATADA deverá efetivar o resgate de veículos quebrados/sinistrados, até o limite de 300 (trezentos) quilômetros da Cidade de Paranaguá.

9.9.8 Em caso de sinistro, a empresa contratada deverá disponibilizar carro reserva pelo período de 07 (sete) dias corridos, para os veículos oficiais, exceto as categorias de ônibus, micro-ônibus, motos, caminhões, ambulâncias e tratores.

9.9.9 A empresa vencedora obrigatoriamente, deverá manter durante o período de vigência da apólice, base de apoio num limite de até 150 km do município de Paranaguá, ou seja, escritório, filial, representante autorizado ou agente credenciado, com o intuito de prestar serviços de qualidade, atendendo de forma satisfatória, esta Municipalidade.

9.9.10 Para agilizar o atendimento, a empresa vencedora deverá possuir no Município, guincho próprio ou terceirizado, para pronto atendimento em caso de sinistro.

9.9.11 Não deverá ser considerado o perfil dos motoristas, por se tratar de seguro de frota;

9.9.12 Não deverá ser calculado quilometragem a ser percorrida pelos veículos da frota desta Municipalidade no período de vigência do seguro;

9.9.13 O seguro deverá, ainda, ter cláusula de cobertura para acessórios e equipamentos;

9.9.14 Uma vez efetuado o pagamento da indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da licitante vencedora;

10. ENDOSSO

10.1 Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ser solicitadas pela Contratada e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando – se as regras constantes neste edital e seus anexos.

10.2. Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

10.3. A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 10 (dez) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.

10.4. O pedido de endosso referente às secretarias, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Oficinas.

10.5. Os veículos das secretarias que não fazem parte desta contratação, conforme relação, constante neste Anexo poderão ao longo da vigência da apólice, serem inseridos obedecendo às normas de inclusão por endosso.

11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 – Poderão participar empresas que estejam legalmente autorizadas a atuar dentro do ramo de atividade de seguros de veículos;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

12.2. Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional;

12.3. Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

12.4. Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados;

12.5. Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados;

12.6. Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados

12.7. Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

12.8. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



necessárias à execução dos serviços;

12.9. Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

12.9.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

12.9.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

12.9.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

12.9.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

12.9.5. Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

12.9.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;

12.9.7. Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

12.9.8. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

12.9.9 Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

12.9.9.1. Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

12.9.9.2. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

12.9.9.3 Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

12.9.9.4. Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;

12.9.9.5. Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;

b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

12.9.9.6. Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

12.9.9.7 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado;

12.9.9.8 Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



integral;

12.9.9.9 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

12.9.9.10 Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no item 9 deste Termo de Referência;

12.9.9.11 Assegurar cobertura completa de para-brisas frontais/traseiros, vidros, retrovisores e lentes de retrovisores, serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados; **sem franquia e sem limite de utilização para reposição dos mesmos.**

12.9.9.12 Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

12.9.9.13 Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

12.10 – Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e ou indiretamente aplicáveis ao objeto deste termo;

12.11 - Eximir o município de Paranaguá de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação de serviços (art.120 da Lei 14133/2021);

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

13.1 – Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;

13.2 – O responsável pela fiscalização deste contrato será o servidor Alessandro Ari Marinho Matric. 11.532 e Paulo Cesar de Souza, Matric.11.656. no Departamento de Logística da Secretaria Municipal de Obras Públicas pelos telefones 41-3721-1790.

13.3 - Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

13.4 - Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar de que forma os serviços serão executados;

13.5 - Proceder aos pagamentos devidos a contratada;

13.6 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



13.7 - Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

13.8 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Comprovação da condição de ME ou EPP.

14.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo ao domicílio ou à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União, bem como a regularidade com as fazendas Estadual e Municipal da sede ou domicílio da licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade (INSS), mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT).

14.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.3.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, em nome do licitante, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento com características técnicas, quantidades e prazos de natureza semelhante ao objeto – Seguro de veículos, deste certame licitatório;

14.3.2 Autorização de Funcionamento da licitante junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, para operar com seguros, na forma do art. 44 do Decreto n. 60.459, de 13 de março de 1967.

14.4. PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA DO OBJETO:

14.1. A(s) parcela(s) de maior relevância para a execução do objeto desta licitação está(ão) discriminada(s) a seguir:

Prestação de Serviço de Seguro Total Veicular, em Lote Único, para cobertura dos 340 (trezentos e quarenta) veículos e equipamentos

14.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):

14.5.1 Certidão Negativa de falência e recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor do domicílio da Pessoa Jurídica, nela constando o seu prazo de validade. Não constando o prazo de validade na certidão, serão considerados válidos 60 (sessenta) dias contados da emissão. As exceções serão avaliadas quando for anexada legislação para o respectivo documento.

14.5.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação. (STJ, Primeira Turma, AREsp 309867 / ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 08/08/2018. Julgado em 26/06/2018).

14.5.3 Balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, devidamente registrado na junta comercial ou cartório (deverá conter carimbo ou etiqueta ou chancela da junta comercial) fundamentado no art. 1.181 da Lei 10.406/02, § 2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02, que comprovem a boa situação financeira da

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados pelos índices oficiais quando encerrados a mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

14.5.4 Por “Balanço Patrimonial apresentado na forma da Lei”, considere-se o seguinte:

- a) no caso das sociedades por ações, deverá ser apresentado o balanço patrimonial publicado em órgão de imprensa oficial ou conforme dispuser a Lei Federal nº 6.404/76;
- b) no caso das demais sociedades comerciais, deverá ser apresentado o balanço patrimonial transcrito no “Livro Diário” da empresa, devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;
- c) no caso das empresas que utilizam a Escrituração Contábil Digital (ECD), abrangidas pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), deverão apresentar o Balanço Patrimonial, do último exercício social exigível, acompanhado dos termos de abertura e encerramento, e Recibo de entrega de livro digital junto à Receita Federal.

14.5.5 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

14.5.6 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

14.5.7 Comprovação da boa situação financeira da empresa Licitante mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1,0 (um vírgula zero), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



14.5.8 A empresa licitante constituída no exercício social vigente, ou seja, com menos de 1 (um) exercício financeiro de atividade, deve cumprir a exigência deste item mediante apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

14.5.9 A empresa licitante deverá comprovar possuir capital social mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para fins de habilitação, conforme previsto no § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/21.

14.5.10 A comprovação do capital social deverá feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, através de Certidão Simplificada da Junta Comercial.

14.5.11 A fixação do percentual no limite legal de 10% (dez por cento) sobre o valor total estimado da contratação, estabelecido pelo artigo 69, parágrafo 4º, da Lei Federal n.º 14.133/21, decorre dos riscos que a inexecução do contrato poderá acarretar para a Administração, considerados, entre outros fatores, o valor total do contrato, o prazo de execução dos serviços/obras, o tempo de duração do contrato e a essencialidade do objeto da licitação.

15. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será mediante apresentação da nota fiscal detalhada, acompanhada das respectivas ordens de autorizações, devidamente atestadas, observado os termos do Decreto Municipal 683/2018, dentro de 30 (trinta) dias após o encaminhamento da mesma através de crédito em conta-corrente à agência bancária, constantes na proposta de preços do PROMITENTE FORNECEDOR. É de responsabilidade da contratada a emissão da Nota Fiscal compatível com o objeto da presente licitação. Em caso de divergência entre o objeto desta licitação e a Nota Fiscal, todas as responsabilidades e possíveis custos gerados com a adequação do documento ficarão a cargo da CONTRATADA, e o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data da apresentação da Nota Fiscal correta, caso em que não será devida nenhuma atualização financeira.

15.1.1. A Prefeitura Municipal de Paranaguá reserva o direito de não atestar a Nota Fiscal/Fatura para o pagamento caso os serviços executados não estiverem em conformidade com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

15.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas “a”, “b” e “c” do parágrafo único do artigo 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



terceiros;

15.2.1. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF;

15.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede do licitante na forma da lei;

15.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede do licitante na forma da lei;

15.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.3. Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

15.4. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

15.5. A Prefeitura Municipal de Paranaguá fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



16. DA VISTORIA.

16.1. O licitante poderá vistoriar o objeto, até a data limite para apresentação das propostas, em horário previamente marcado pelos endereços e telefones a serem fornecidos, das 8h30min às 11h e das 14 às 17h, de 2ª a 6ª feira, em dia útil;

16.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios, alegando o desconhecimento como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

17. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS.

17.1 – Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000, e do decreto 5.450 de 2005.

18. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

18.1 O prazo para a execução do CONTRATO será de 12 (doze) meses, podendo o ajuste ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, até 60 (sessenta) meses, em conformidade, na forma do art. 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2 A vigência inicial se dará após a assinatura do contrato, podendo ser renovado anualmente, através de aditivos de valores, tendo em vista se tratar de serviço continuado.

18.3 O contrato poderá ser reajustado de acordo com o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), depois de decorridos 01(um) ano de vigência, contados a partir da assinatura do mesmo.

18.4 Após o interregno de 1 (um) ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, com base no art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- a) Nos termos do art. 117 Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



regularização de falhas ou defeitos observados.

- b) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.
- c) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- d) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.
- e) A fiscalização dos serviços procederá de acordo com os termos dispostos no Decreto Municipal 683/2018.

20. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

20.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

20.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

20.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

20.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

20.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o Município poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



21. SUSTENTABILIDADE

21.1 A Contratada deverá, sempre que possível, adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- a) Utilizar materiais e processos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água e, em adição a esta norma, que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA, além de adotar medidas que evitem o seu derramamento no meio ambiente;
- b) Utilizar materiais e equipamentos que proporcionem maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- c) Utilizar materiais e/ou equipamentos que apresentem maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

22. SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

23. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

23.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

24. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24.1 Os recursos decorrentes da presente aquisição deverão ser empenhados nas seguintes dotações orçamentárias:

Referência: 621 – Vinculo/Fonte: 1.000

Referência: 616 – Vinculo/Fonte: 1510

Referência: 624 – Vinculo/Fonte: 1.000

Referência: 619 – Vinculo/Fonte: 1.510

25. SANÇÕES.

25.1 As sanções serão aplicadas conforme as penalidades descritas em lei, caso haja qualquer descumprimento quanto aos serviços contratados, conforme detalhado no edital e contrato.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



26. ANEXO

Relação de máquinas e veículos

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº
_____/2026 QUE FAZEM ENTRE SI, O
MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ E A EMPRESA
_____.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, através da Secretaria Municipal de _____, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 76.017.458/0001-15, com sede na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, Paranaguá, Paraná, neste ato representado pelo Prefeito, _____ Paranaguá, Paraná.

CONTRATADA:

_____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____, neste ato representada por Sr(a). _____ (CI.RG. nº _____ – CPF. nº _____), brasileiro(a), _____, residente e domiciliado na _____, nº _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado do _____, CEP: _____.

As partes acima qualificadas, MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem pactuar o presente Contrato Administrativo e que se regerá pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/21, atendidas as cláusulas e condições que anunciam a seguir e do qual vinculam a esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Pregão Eletrônico 005/2026 de ____ de ____ de ____.
- b) O Termo de Referência;
- c) A Documentação de Habilitação e Proposta de Preços do contratado;
- d) Proposta apresentada pela CONTRATADA em ____/____/____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO CONTRATADO:

1.1. Constitui objeto deste contrato administrativo a (inserir descrição do objeto conforme proposta apresentada pela empresa vencedora do certame), nos termos do procedimento licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO (ART. 92, III)

2.1. O presente Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto nº 4319/2023.

2.2. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



3.1. O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO conforme descrito no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO:

4.1. A despesa deste contrato correrá pela Dotação Orçamentária _____ fonte _____, no orçamento relativo ao exercício de 2026 e o correspondente nos exercícios subsequentes.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DA FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____), inclusas todas as despesas com tributos, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, frete, seguros e quaisquer outras que forem devidas, para entrega (custos, seguro e frete por conta do fornecedor) no almoxarifado da unidade compradora.

5.2. O pagamento será realizado pela unidade compradora, através de crédito na Conta _____ nº _____, Agência _____, Banco _____, fornecida pelo estabelecimento bancário utilizado pela CONTRATADA para pagamentos, constante da proposta de preços, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais e mediante a apresentação da Nota Fiscal, acompanhada, obrigatoriamente, de Nota Fiscal emitida por meio eletrônico, devidamente atestada pelo Servidor/Comissão de Recebimento.

5.3. O faturamento correspondente ao presente Contrato deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, através de Nota(s) Fiscal(is) em 2 (duas) vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após a emissão da Nota de Empenho.

5.4. A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimentos indicados no Anexo II do edital e da proposta do fornecedor.

5.5. Qualquer divergência entre a unidade de fornecimento adotada no Anexo II do edital e a Nota Fiscal ensejará a devolução da Nota para regularização e o pagamento correspondente.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

6.1. O compromisso com a execução dos serviços só estará caracterizado mediante a emissão da Nota de Empenho da unidade gestora da despesa.

6.2. A execução dos serviços deverá ser efetuada em conformidade com o Edital e o Termo de Referência, a contar do recebimento da ordem de autorização expedida, pela Secretaria Municipal requisitante. Excedendo-se os prazos estabelecidos serão aplicadas as sanções previstas na lei de licitação.

6.3. Os serviços deverão ser executados de acordo com o contido no Edital e no Anexo II – Termo de Referência nas seguintes condições:

6.4. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos serviços, sendo constatados defeitos e divergências das especificações, o setor responsável recusará o recebimento do serviço, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas a partir da notificação, corrigir e/ou substituir o solicitado. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

6.5. Definitivamente, após a verificação e atesto de conformidade que comprove a adequação do serviço entregue, ou, no caso em que não haja por parte da contratante, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



6.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução deste contrato, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Responder pela qualidade dos serviços executados, que deverão ser compatíveis com as finalidades a que se destinam, bem como por eventuais atrasos;

7.2. Responder civil e penalmente, por quaisquer danos materiais ou pessoais ocasionado à Prefeitura e/ou a terceiros, por seus empregados, dolosa ou culposamente, nos locais de trabalho;

7.3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREFEITURA, atendendo prontamente a todas as reclamações;

7.4. Providenciar a regularização do possível sinistro que venha a ocorrer, durante a vigência do contrato em até 24 (vinte e quatro) horas da comunicação oficial da Prefeitura Municipal de Paranaguá;

7.5 Providenciar o envio de reboque do veículo por guincho, caso por ocorrência de sinistro ou problemas mecânicos não seja possível transitar com o veículo por seus próprios meios, transportando – o até a oficina indicada pela Prefeitura Municipal de Paranaguá ou credenciada pela licitante vencedora, em todo o Território Nacional;

7.6. Se responsabilizar por serviços executados por oficinas referenciadas pela mesma;

7.7. Facilitar ao Município de Paranaguá a fiscalização dos serviços prestados;

7.8 Fornecer, imediatamente, sempre que solicitado, completo esclarecimento e total assistência ao Município de Paranaguá no tocante aos serviços contratados;

7.9. Responsabilizar – se por quaisquer danos pessoais ou materiais, causados por empregados e acidentes praticados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços contratados

7.10. Proceder à imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;

7.11. Fornecer e colocar à disposição da contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessárias à execução dos serviços;

7.12. Notificar, formal e tempestivamente, à contratada, sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato;

7.12.1. Fornecer os serviços de acordo com as especificações e condições expressas neste termo, anexos, e edital;

7.12.2. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos etc;

7.12.3. Assumir integral responsabilidade pela qualidade dos serviços prestados bem como pelos danos decorrentes direta ou indiretamente;

7.12.4. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar diretamente a Prefeitura Municipal de Paranaguá ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou Legais a que estiver sujeita;

7.12.5. Manter durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação exigidas para a contratação;

7.12.6. Aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões do material adquirido, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/21;

7.12.7. Emitir nota fiscal eletrônica de prestação de serviços correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação;

7.12.8. Emitir a apólice de seguro, contendo as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da data da assinatura do contrato;

7.12.9 Emitir documento especificando os dados do seguro e os bens segurados, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias e indenizações;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



7.12.9.1. Assegurar à Prefeitura Municipal de Paranaguá a escolha das concessionárias autorizadas, nos termos do artigo 14 da Circular SUSEP nº 269/04, para execução dos reparos e/ou reposição de peças, as quais deverão ser novas e originais;

7.12.9.2. Segurar, contra prejuízos devidamente comprovados, as coberturas discriminadas neste Termo de Referência, até o limite das respectivas importâncias seguradas, independentemente da localização da ocorrência do sinistro, valendo a cobertura por todo Território Nacional;

7.12.9.3 Pagar a indenização, ao término das investigações e perícias para estabelecer a existência do sinistro e a extensão dos danos causados aos bens e às pessoas seguradas;

7.12.9.4. Atender aos chamados da Prefeitura Municipal de Paranaguá, imediatamente após a comunicação do sinistro;

7.12.9.5. Liberar a Prefeitura Municipal de Paranaguá da franquia, conforme disposto no art. 6º da Circular SUSEP nº 269/04, nos casos de:

a) perda total do veículo por roubo, furto, ou danos materiais;

b) prejuízos causados ao veículo, por incêndio, explosão, raio e suas consequências;

7.12.9.6. Pagar indenização no valor de 100 % da Tabela FIPE vigente na data do sinistro, a critério da Prefeitura Municipal de Paranaguá, em caso de roubo/furto ou perda total, no prazo de até 30 (trinta) dias da entrega de toda a documentação básica (Circular SUSEP nº 256/04, art. 33, parágrafo 1º);

7.12.9.7 Em caso de extinção da Tabela FIPE, será adotada a Tabela Molicar publicada na revista “Quatro Rodas”, ou outra similar de grande aceitação no mercado;

7.12.9.8 Indenizar o veículo em caso de incêndio, queda de raio e/ou explosão e de indenização integral;

7.12.9.9 Prestar assistência 24 (vinte e quatro) horas aos veículos cobertos pelo seguro em todo o Território Nacional;

7.12.9.10 Cobrir os danos materiais e pessoais, quando do sinistro com os veículos, nos valores indicados no item 9 deste Termo de Referência;

7.12.9.11 Assegurar cobertura completa de para-brisas frontais/traseiros, vidros, retrovisores e lentes de retrovisores, serviços de chaveiro e de borracharia para toda a frota, inclusive ônibus e veículos pesados; sem franquia e sem limite de utilização para reposição dos mesmos.

7.12.9.12 Fornecer manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro de automóvel;

7.12.9.13 Providenciar as alterações na apólice, solicitadas pela Prefeitura Municipal de Paranaguá, mediante endosso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da comunicação oficial emitida pela municipalidade.

7.13 – Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e ou indiretamente aplicáveis ao objeto deste termo;

7.14 - Eximir o município de Paranaguá de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação de serviços (art.120 da Lei 14133/2021);

7.15 Relatar a fiscalização do contrato, toda e qualquer irregularidade observada na prestação dos serviços;

7.16 Tomar ciência por escrito de: ofícios, notificações, intimações e outros documentos que se fizerem necessários a eficaz comunicação entre contratante e contratada.

7.17 Responsabilizar-se pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e ou indiretamente aplicáveis ao objeto deste temo;

7.18 Eximir a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade quanto a possíveis ocorrências que venham causar acidentes pessoais a empregados da contratada ou de terceiros, relativamente à prestação de serviços;

7.19 A não transferir a terceiros, por qualquer forma, o objeto do contrato, nem subcontratar qualquer parte da prestação de serviços a que está obrigada, sem expressa anuência da Contratante;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



7.20 A executar os serviços discriminados com profissionais capacitados e habilitados, e manter o quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços;

7.21 A reparar de imediato, danos eventualmente causados a terceiros ou ao Patrimônio Público sem ônus ou encargos para a Administração;

7.22 Executar os serviços com o máximo esmero, refazendo aqueles que, a juízo da Fiscalização da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, não forem julgados em condições satisfatórias ou estejam em desacordo com as normas pertinentes, sem que caiba qualquer acréscimo no preço contratado;

7.23 Responder integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

7.24 Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1 – Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e documentar as ocorrências havidas, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;

8.2 – O responsável pela fiscalização deste contrato será o servidor Alessandro Ari Marinho Matric. 11.532 e Paulo Cesar de Souza, Matric. 11.656. no Departamento de Logística da Secretaria Municipal de Obras Públicas pelos telefones 41-3721-1790.

8.3 - Proporcionar a contratada, as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.4 - Prestar aos funcionários da contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar de que forma os serviços serão executados;

8.5 - Proceder aos pagamentos devidos a contratada;

8.6 - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicações de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

8.7 - Comunicar a contratada quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

8.8 - Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES:

9.1. A CONTRATADA que incidir nas hipóteses abaixo relacionadas serão aplicadas as seguintes sanções, graduadas conforme a gravidade da infração, sem prejuízo de sanções civis e criminais, após o prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório:

9.1.1. Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

9.1.2. Multa por atraso imotivado da execução dos serviços, nos prazos abaixo definidos:

a) até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura;

b) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



9.1.3. Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor da nota de empenho ou contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço da caução, quando exigida, ou assinar o contrato ou retirar o documento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação;

9.1.4. Será aplicável cumulativamente ou não com outras sanções, multa convencional de 20% sobre o valor da contratação, na ocorrência de inexecução total do contrato, e de 10% sobre o valor total da contratação, se ocorrer inexecução parcial, reconhecendo a licitante desde já, os direitos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.1.5. Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) até 12 meses nos casos em que a inadimplência acarretar prejuízo para a Administração;

9.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal quando o licitante incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas acima.

9.1.7. A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor, impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

9.1.8. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade aplicada.

9.1.9. As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Procuradoria Geral do Município.

9.1.10. Caso o valor da multa seja superior ao valor da garantia prestada, quando exigida, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou, ainda, cobrada judicialmente.

9.1.11. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela CONTRATADA e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração rescinda unilateralmente o contrato.

9.1.12. As sanções previstas no edital são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal de _____, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas.

9.1.13. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à CONTRATADA.

9.1.14. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)

10.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização, e sem prejuízo das penalidades especificadas na Cláusula Sétima deste instrumento.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



10.2. A rescisão do presente contrato será restrita ao quantitativo previsto neste instrumento, não afetando a Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO:

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, transferência ou subcontratação, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GESTÃO DO CONTRATO:

12.1. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização execução do contrato decorrente da presente licitação será realizada pelas Comissões de Fiscalização da Execução dos Contratos Administrativos Municipais, nos termos do Decreto nº 2616/2015, de modo que não se considerará entregue o material, obra ou serviço, sem que tenham sido observadas as exigências e formalidades do referido Decreto;

12.2. A fiscalização não exclui e nem reduz a responsabilidade da empresa licitante, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior conforme prevê a Lei nº 14.133/2021, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

13.1. Da vigência do contrato: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos na forma da lei, a critério da contratante, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidas pela legislação vigente;

13.2. As prorrogações de prazo de vigência serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 14.133/2021

13.3. A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência desta Municipalidade não gerará a contratada direito a qualquer espécie de indenização;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – REVISÃO DOS PREÇOS

14.01 A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato em sendo estrito é decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário, isto é, que não esteja previsto no contrato, e nem poderia estar.

§ 1º A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sendo estrito deverá ser processado e analisado pela Comissão Especial Permanente de Fiscalização dos Contratos Administrativos Municipais - CEFECAM, nos termos do §2º, do art. 47 da Lei Complementar Municipal 192/2016.

§ 2º A revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro em sendo estrito pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos, :

I - o evento seja futuro e incerto;

II - o evento ocorra após a apresentação da proposta;

III - o evento não ocorra por culpa da contratada;

IV - a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela contratada ou pela contratante;

V - a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da contratada e a retribuição do contratante;

VI - haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da contratada;

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



VII - seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico - financeiro do contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que a contratação se tornou inviável nas condições inicialmente pactuadas.

14.2 A atualização monetária é devida em razão do processo inflacionário e da desvalorização da moeda, devendo ser calculada desde a data em que deveria ser efetuado o pagamento da fatura de determinada parcela do contrato até seu pagamento efetivo.

14.3 Após 30 (trinta) dias da data em que deveria ser efetuado o pagamento das faturas, incidirá sobre o valor faturado atualização monetária com base em índices estabelecidos no contrato.

14.4 A possibilidade de reajuste dos preços dar-se-á mediante índice previamente estipulado, sendo a periodicidade do reajuste de preços por índices estabelecidos deverá ser da data base vinculada ao orçamento estimado da licitação e não da apresentação das propostas conforme disposto no §3º do art. 92 da NLLC 14.133/2021.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Prefeito

CONTRATADA
Representante Legal

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO

Declaramos, para os fins do disposto, em atendimento a Constituição Federal – ARTIGO 7 INCISO XXXIII que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinar a ressalva acima.

Paranaguá, ____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO V

CARTA PROPOSTA
(Modelo)

A

Sr. Pregoeiro

Ref.: Pregão Eletrônico nº 005/2026

Prezados Senhores,

(empresa), com sede na cidade deà rua, n.º, bairro, inscrita no CNPJ n.º, neste ato representada por, portador da carteira de identidade n.º e CPF n.º, abaixo assinado, propõe a Prefeitura Municipal de Paranaguá fornecer os serviços de, para o(s) lote(s) conforme Edital nas seguintes condições:

LOTE	Serviço (Especificações Técnicas)	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QUANTIDADE ANUAL ESTIMADA	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO (R\$)	VALOR ESTIMADO ANUAL (R\$)
1		Serviço			
1. VALOR TOTAL					R\$

a) Declaramos que concordamos integralmente com as condições estipuladas na presente licitação e, que se vencedor deste certame, nos submeteremos ao cumprimento de seus termos.

b) Se vencedora, na qualidade de representante legal, apresentamos o Sr(a). _____, portador(a) da carteira de identidade RG nº _____ e CPF/MF nº _____.

c) Declaramos que garantiremos a substituição dos materiais e dos serviços, sem ônus para a Administração Municipal, durante o prazo de validade dos mesmos, caso venham a apresentar vícios ou defeitos.

d) A validade da proposta é de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de recebimento das propostas, conforme estipulado no presente edital.

e) Para contato informamos:

Responsável/Representante Legal (nome completo): _____

Telefone Fixo nº: (__) _____

Fax nº: (__) _____

Telefone Celular nº: (__) _____

E-mail: _____

f) Dados Bancários da empresa.

Local e data

Nome, RG e assinatura do
Responsável ou Representante Legal

Observação:

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



- Para a elaboração da proposta de preços, os valores unitários não poderão ultrapassar os valores estipulados em

edital.

- O Valor Total Geral deve ser descrito em algarismos e por extenso.
- Os valores de tempo presentes na tabela 1.0 do Anexo II – Termo de Referência, referem-se apenas à unidade hora não considerando as unidades minuto e segundo.
- O valor estimado reservado para substituição de peças para efeito de licitação são FIXOS, não devendo ser alterado quando da elaboração da proposta. Utilizar os valores presentes na tabela 1.0 do Anexo II – Termo de Referência.

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, instaurado por este Município, que não estamos suspensos de licitar e/ou impedidos de contratar com a Administração Pública, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de 2026

Assinatura devidamente identificada do
representante legal da empresa proponente
(apontado no contrato social ou procuração
com poderes específicos)

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO
EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**
(Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ/MF nº _____, sediada
(ENDEREÇO COMPLETO) _____, declaro(amos) para todos os fins de direito,
especificamente para participação de licitação na MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026, que
estou(amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC nº 123/2006.

Local e data

Assinatura devidamente identificada do
representante legal da empresa proponente
(apontado no contrato social ou procuração
com poderes específicos)

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

A empresa _____, representada pelo Sr. _____, CPF. Nº. _____ R.G. Nº. _____, (cargo ou função), declara sob as penas da lei cumprir plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com as exigências constantes do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico Nº 005/2026.

Cidade, ____ de _____ de _____.

Assinatura e identificação do representante legal/procurador da licitante)

Nome: _____

R.G.: _____

Cargo: _____

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO IX

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL: _____ DOCUMENTO
DE IDENTIDADE Nº: _____ ÓRGÃO EMISSOR: _____
CPF Nº: _____ ENDEREÇO
ELETRÔNICO: _____ ENDEREÇO COMPLETO
DA PESSOA JURÍDICA: _____

Paranaguá, _____ de _____ de _____

Assinatura e Carimbo

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO X

DECLARAÇÃO DE TRABALHO FORÇADO OU DEGRADANTE

_____, inscrito no CNPJ sob nº _____,
_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____,
_____, portador da Carteira de Identidade _____
e do CPF nº _____ Declara para fins do disposto nos incisos III e IV do artigo 1º
e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal de 05 outubro de 1988, que não possui em minha cadeia
produtiva, empregado executando trabalho degradante ou forçado.

_____, ____ de _____ de 2026

Representante Legal

MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
Secretaria Municipal de Governo
Departamento de Licitações e Suprimentos

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2026



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE A HABILITAÇÃO

A _____ CNPJ nº _____
_____, sediada em _____/_____, Rua
_____, nº _____, declara, sob as penas da lei, a inexistência
de fatos impeditivos à sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade se declara
que não há ocorrências posteriores e anteriores.

Paranaguá, _____ de _____ de 2026

Assinatura e Carimbo